

Violência Contra a Mulher: Representações Sociais entre Silêncio e Naturalização

Violence Against Women: Social Representations Between Silence and Naturalization

Karine Brito dos Santos¹ e Clarisse Junqueira da Silva²

1. Psicóloga. Doutora em Psicologia Clínica e Cultura. Mestra em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília. <https://orcid.org/0000-0002-9185-1999>

2. Psicóloga. Mestra em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Especialista em Integração Brasil Paraguai. <https://orcid.org/0009-0008-0138-8402>

karine.unb@gmail.com e clarissejunq@gmail.com

Palavras-chave

Gênero
Prevenção
Violência contra a mulher

Keywords

Gender
Prevention
Violence against women

Resumo:

O objetivo desse estudo é compreender as representações sociais de homens e mulheres, adultos, sobre a violência contra a mulher. A pesquisa adotou a abordagem qualitativa de investigação, de cunho descritivo exploratório. Foram realizadas quatro entrevistas com dois homens e duas mulheres de 30 a 50 anos, cujos dados foram submetidos à Análise de Conteúdo. Os resultados mostram que os participantes construíram representações sobre a violência contra mulher como um evento de âmbito privado, fruto das desigualdades de gênero. Naturalização e banalização da violência são evidenciadas, bem como a necessidade de enfrentamento e superação dessa questão sendo mais reconhecida pelos sujeitos do que a necessidade de prevenção.

Abstract:

The aim of this study is to understand the social representations of adult men and women regarding violence against women. The research adopted a qualitative, descriptive-exploratory approach. Four interviews were conducted with two men and two women aged 30 to 50, whose data were subjected to content analysis. The results show that the participants constructed representations of violence against women as a private event, resulting from gender inequalities. Naturalization and trivialization of violence are evident, as well as the need to confront and overcome this issue being more recognized by the subjects than the need for prevention.

Artigo recebido em: 17.03.2026.

Aprovado para publicação em: 13.06.2026.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é uma questão social, de saúde pública e, portanto, política, que vem sendo em grande parte problematizada a partir do movimento feminista. Trata-se de um fenômeno social naturalizado na sociedade, estando ainda rodeada de tabus e estigmas. Considerada como fruto das desigualdades econômicas, vivenciada apenas pelas classes sociais mais pobres, vítimas do alcoolismo e das drogas, essa violência, ao contrário do que se pensa, pode acontecer com qualquer mulher, independente do ambiente socioeconômico (Teles; Melo, 2003), impactando na saúde física e psicológica, além de afetar negativamente a qualidade de vida (Lucena *et al.*, 2016).

Segundo Sousa, Uchôa e Barreto (2025), “O Brasil é um país violento em todos os âmbitos, porém, para aquelas que pertencem ao gênero feminino, o risco pode ser ainda maior, principalmente dentro do ambiente

doméstico e nas relações afetivas, sejam elas em relacionamentos amorosos ou em vínculos familiares”. A pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023, p. 23), intitulada “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, atesta essa triste realidade: “em média, 18,6 milhões de brasileiras, de 16 anos ou mais, sofreram alguma forma de violência ao longo de 2022”. Outro dado alarmante apontado nesse estudo é que as “agressões físicas como socos, tapas e chutes atingiram 8 milhões de mulheres e ofensas sexuais 5,8 milhões.” Cabe destacar que “as mulheres são frequentemente expostas a variadas formas de violação e a um contexto de polivitimização” (Tunc *et al.*, 2021; Gomes; Fernandes, 2018 *apud* Fernandes *et al.*, 2025).

Conhecer as representações sociais de homens e mulheres sobre a violência contra a mulher é fundamental para desvelar os *sistemas de interpretação* que estes usam para orientar e organizar comportamentos e comunicações sociais, função muito relevante considerando a perspectiva de prevenção e elaboração futura de políticas públicas, programas e projetos interdisciplinares com esse fim. No intuito de tornar manejável esse *objetivo geral*, e considerando a amplitude do fenômeno social em questão, foram formulados os seguintes *objetivos específicos* de pesquisa: 1. Verificar como os sujeitos entendem e explicam a violência contra a mulher; 2. Identificar os motivos atribuídos pelos sujeitos à violência contra a mulher; 3. Verificar se os sujeitos “naturalizam” os papéis sociais de gênero e se relacionam os papéis sociais de homens e mulheres à violência contra a mulher; 4. Verificar se os sujeitos identificam/reconhecem mudanças nos papéis de gênero, nos direitos sociais e jurídicos de homens e de mulheres (equidade de gênero) bem como relacionam essas mudanças (se as perceberem) à violência contra a mulher; 5. Verificar se os sujeitos reconhecem a necessidade de prevenção da violência contra a mulher e que medidas preventivas propõem.

MÉTODO

No presente estudo adotou-se uma abordagem qualitativa de investigação, de cunho descritivo e exploratório. O método qualitativo mostra-se pertinente, pois favorece o contato com os participantes e se dispõe ouvir suas falas, já que se preocupa com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto, além disso, tem o significado como preocupação essencial na sua abordagem (Triviños, 1992).

A abordagem qualitativa requer abertura, flexibilidade, capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e atores sociais envolvidos (Minayo, 2004). Remete à intimidade dos participantes, envolvendo-os em situações muito sensíveis e oferecendo-lhes possibilidades de se colocar de modo distinto diante da vida, mediante novas escolhas a partir das situações geradas pela pesquisa (Rey, 2003).

PARTICIPANTES

A pesquisa englobou 4 participantes, 2 homens e 2 mulheres, adultos, de 32 a 47 anos (média de idade: 42 anos), moradores da cidade de Brasília. Os participantes foram selecionados por conveniência de acordo com a disponibilidade dos pesquisadores.

INSTRUMENTO

Para conhecer as representações sociais dos sujeitos sobre a violência contra a mulher foi elaborado um roteiro estruturado por escrito, avaliado por dois juízes, composto por quatro questões abertas, com base nos objetivos propostos. As questões tinham como objetivo saber a opinião dos participantes, trazendo à tona reflexões, situações e aspectos relacionados ao tema. A *primeira* questão estímulo refere-se a um ditado popu-

lar (“Em briga de marido e mulher não se mete a colher”), no qual os sujeitos deveriam comentar; a *segunda*, uma frase sobre a influência dos ensinamentos da infância sobre como lidar com as emoções, a ser analisada pelos participantes, no sentido de saber se esses aprendizados podem representar ou não no futuro uma licença para atos violentos; a *terceira* trata de um caso fictício sobre uma mulher em situação de violência, no qual os sujeitos devem dar a sua opinião sobre a solução para o caso; e a *quarta*, uma pergunta síntese específica sobre o tema: O que você entende por violência contra a mulher? Ao final, no intuito de traçar um perfil sociodemográfico dos participantes foram elaboradas algumas perguntas fechadas, englobando aspectos relativos ao sexo, idade, nível escolar e estado civil.

O planejamento da administração do instrumento foi pensado considerando vários aspectos: 1. Complexidade, relevância e sensibilidade do assunto abordado, no caso a violência contra a mulher; 2. Perfil do público-alvo – indivíduos adultos; 3. Tamanho da amostra; 4. Recursos disponíveis - tempo de coleta e análise de dados. Na estruturação do instrumento buscou-se seguir uma lógica de organização dos seus elementos, de acordo com dois princípios: 1. As questões foram elaboradas do mais geral para o mais específico; 2. O instrumento seguiu uma ordem lógica (Günther, 2003).

PROCEDIMENTO

Os sujeitos foram abordados presencialmente pelos entrevistadores, que gravaram e transcreveram cada entrevista respectivamente. As datas, horários e locais das entrevistas foram escolhidos de acordo com a disponibilidade dos pesquisadores e anuência dos participantes.

ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados foi realizada de acordo com a técnica de Análise de Conteúdo – AC (Bardin, 1995) das falas dos participantes sobre as questões de pesquisa. Para a autora, a AC consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações no intuito de obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que possibilitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. Essa técnica pressupõe o desenvolvimento das seguintes etapas operacionais: leitura exaustiva dos depoimentos dos sujeitos envolvidos, organização dos dados obtidos, escolha de unidades de registro (temas).

CONTEXTO

Presente no espaço social, nas escolas, no trabalho e nos locais de interação, as violências permeiam as esferas da vida cotidiana do indivíduo, nos relacionamentos, círculos de amizade, entre os familiares e parceiros íntimos. Abertamente divulgada pela mídia, propagada nas falas do senso comum, a violência contra a mulher, violência baseada em gênero, é fruto de relações produzidas social e culturalmente (Moura; Moura, 2010).

Os paradoxos constituídos pelo processo cultural circunscrevem a relação entre homem e mulher, ora na luta pela mudança estrutural e igualdade de gênero, ora na resistência masculina em manter a dominação pelo emprego da violência. À mulher não está reservado exclusivamente o papel de vitimização, pelo contrário, são por vezes consideradas responsáveis pelo desencadeamento dessa realidade. Não é à toa que o imaginário popular está repleto de entendimentos discriminatórios que rotulam e estigmatizam essas mulheres, com expressões pejorativas como “apanha porque quer”. A associação do amor à submissão do sexo feminino

aparece sorrateiramente através da violência simbólica, reflexo da dominação masculina, naturalizada e compactuada no campo social (Aquino, 2009).

As razões que levam as mulheres a permanecerem num relacionamento violento são apontadas como complexas e mal compreendidas pelas próprias vítimas, segundo Miller (1999). Dentre as explicações simplistas que justificam a manutenção de um relacionamento conjugal com base na violência está a visão popular sobre o *masoquismo* (transfere a culpa do agressor para a vítima); a *teoria do desamparo aprendido* (a mulher, imersa num padrão de abuso, com o tempo, torna-se passiva, e não vendo saída, acaba por desistir); a lógica da permanência por *permutas* (a mulher obtém alguma coisa que deseja, tais como dinheiro e benefícios materiais, evitar a solidão, bem-estar dos filhos). A falta de recursos para a sobrevivência, o não ter um lugar para onde ir (refúgio em abrigo seguro, temporariamente); a falta de dinheiro (não ter uma fonte de renda), o cuidado com as crianças, a pouca ajuda oferecida pela sociedade, o medo subjacente (possibilidade de prejudicar os filhos, medo de comparecer à justiça para pedir proteção, testemunhar o caso ou pedir divórcio), a autoimagem (preocupação com o que as pessoas vão pensar), e uma série de fatores emocionais, como privação da autoestima, culpa, entorpecimento emocional e desamparo.

Ainda sobre as motivações das mulheres em permanecer no relacionamento violento, há dados que dão pistas sobre a prevalência desse fenômeno. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2026) através do Observatório de Igualdade de Gênero (OIG), apresenta estatísticas realizadas no intervalo entre os anos de 2000 e 2024, que revelam que um quarto das mulheres da região da América Latina e Caribe, não possuíam renda própria, as tornando vulneráveis quanto a sua autonomia econômica.

Para além disso, uma pesquisa realizada pelo DataSenado em 2011 investigou as razões pelas quais mulheres que haviam sofrido violência doméstica por seus parceiros, teriam resolvido por não denunciar o agressor. Nesse estudo, a motivação mais presente foi 1) a preocupação com a criação dos filhos, seguidos pelo 2) medo da vingança do agressor, 3) pela vergonha da violência sofrida, 4) por acharem que seria a última vez que a violência aconteceria, 5) pela dependência financeira e 6) por entenderem que não haveria punição do agressor caso denunciassem.

O homem que abusa da mulher pode ser qualquer um. Miller (1999) afirma que não existe um único perfil de agressores, contudo tais indivíduos apresentam determinadas características, a saber: 1. Incapazes de controlar seus impulsos; 2. Exigem obediência às regras e imputam punições; 3. Rebeldes, hostis, dependentes e com baixa autoestima; 4. Agressivos e antissociais; 5. Mudam repentinamente de humor, sem explicação; 6. Incapazes de lidar com a rejeição, agressivos quando decepcionados, embora extremamente agradáveis; 7. Dependentes, ansiosos e deprimidos em excesso; 8. Os que não apresentam psicopatologias, manifestando apenas pequenos sinais dentre as sete categorias supracitadas. Ademais, tais agressores fazem frequentes promessas de mudança, manifestam ciúmes, vigilância estreita da mulher, têm comportamento controlador, histórico de abuso na família quando criança, consumo de drogas e álcool, e atitudes baseadas em estereótipos sociais, reforçando a ideia de dominância masculina e submissão feminina.

A maior ocorrência de violência contra a mulher está, portanto, atrelada à parceiros que possuem baixa escolaridade, encontram-se desempregados, apresentam crises de ciúmes, são considerados controladores, foram expostos à violência na família e que são usuários de álcool e drogas. De modo específico, “homens que foram considerados controladores e que ingeriam bebida alcoólica estiveram associados a maior perpetração de violência psicológica e física”. Outro dado significativo: “parceiros com até 8 anos de escolaridade apresentam maior frequência de prática de violência psicológica”, sendo que a perpetração de violência sexual “foi significativamente maior entre as mulheres cujos parceiros fumavam” (Leite *et al.*, 2019, p. 1).

As mulheres como vítimas na relação íntima constituem pauta da maioria dos estudos de gênero que enfocam o tema da violência, embora haja poucos trabalhos sobre gênero que transcendem a reiteração da vitimização universal das mulheres no âmbito doméstico. Em raras exceções as pesquisas buscam analisar a multiplicidade de posições que as mulheres assumem nesses contextos. Observa-se ainda uma tendência a desconsiderar a violência intrafamiliar e os aspectos subjetivos ligados ao gênero, bem como a necessidade de ultrapassar as dicotomias masculino/ feminino/ público/ privado, no sentido de analisar o modelo patriarcal de dominação masculina (Soares, 2009).

A violência contra a mulher figura nos níveis relacional e societal, e sua compreensão considera inevitavelmente a transversalidade da dimensão de gênero, ou seja, a construção das relações entre homens e mulheres, do masculino e do feminino, nos âmbitos social, político e cultural. A extensão dessa dimensão e suas implicações requerem mudanças culturais, educativas e sociais em prol do reconhecimento e enfrentamento da violência contra a mulher, expressão máxima da desigualdade entre os sexos e violação dos direitos humanos (SPM, 2003).

No âmbito legal vê-se a relevância da Lei Maria da Penha, Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, amplamente discutida no panorama nacional, apresenta perspectivas formais de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Em consonância com essas medidas integradas de prevenção, a SPM (2003), através da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, procura implementar ações educativas e culturais de cunho preventivo, no sentido de ajudar a desconstruir mitos e estereótipos de gênero, além de modificar os padrões sexistas, que mantêm as desigualdades de poder entre homens e mulheres, e perpetua a violência contra as mulheres.

As relações de gênero e as atribuições de diferentes espaços de poder para homens e mulheres fazem parte, segundo Galinkin (2007, p. 23), de uma construção social e os membros da sociedade aprendem sobre as diferenças de gênero no processo de socialização. A prevenção torna-se meta factível, já que, “Se a violência é socialmente construída, variando de cultura para cultura e em diferentes momentos da história de uma sociedade, ela pode ser transformada pelos atores sociais desde que assim o desejem”.

Nesse sentido, a compreensão da violência contra a mulher, enquanto fenômeno concreto e socialmente relevante pode engajar o estudo desse tema pelo viés da Teoria das Representações Sociais (Sá, 1998, p. 15), considerando a “possibilidade deste conteúdo indicar posições, sentimentos, cognições e predisposições à adoção de condutas diante do referente”. Essa forma de conhecimento contribui para a construção da realidade, na medida em que é socialmente elaborada e partilhada (Jodelet, 2001).

RESULTADOS

Este estudo, de caráter exploratório, implica em um limite de generalização dos dados, ou seja, os resultados obtidos nessa pesquisa não pretendem ser generalizados. A exploração completa do material, realizada de acordo com a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (1995), consistiu na análise de 4 entrevistas, de 2 mulheres e 2 homens, conforme perfil sociodemográfico descrito abaixo:

1. Mulher “S”: Idade: 43; Escolaridade: 3º grau completo; Profissão: microempresária; Estado civil: casada.
2. Mulher “R”: Idade: 32; Escolaridade: 3º grau completo; Profissão: psicóloga; Estado civil: casada.
3. Homem “J”: Idade: 47; Escolaridade: 1º grau completo; Profissão: porteiro; Estado civil: casado.

4. Homem “M”: Idade: 46; Escolaridade: doutorado; Profissão: servidor público; Estado civil: divorciado.

No total das entrevistas analisadas foram ressaltadas as Unidades de Registro (UR; palavras chaves) e as Unidades de Contexto (UC; referência textual), destacando total de 92 registros temáticos, elencados em 13 categorias genuínas, conforme Tabela 1.

Tabela 1: Categorização temática por frequência

Categorias	n	%
1. Tipos de violência	7	8%
2. Gravidade da situação	5	5%
3. Da intervenção e do interventor	7	8%
4. Relações de Gênero	15	16%
5. Culpabilização pela violência	4	4%
6. Naturalização e banalização da violência	5	5%
7. Mecanismos legais de proteção e direitos	7	8%
8. Perfil da mulher vitimada	7	8%
9. Superação da violência contra a mulher	8	9%
10. Expectativa de recuperação do agressor	5	5%
11. Causas da violência contra a mulher	10	11%
12. Bases do Relacionamento Sem Violência	7	8%
13. Perfil do Agressor	5	5%
	92	100%

Os objetivos de pesquisa foram respondidos, no todo ou em parte, considerando os dados levantados nas referidas categorias:

1. Verificar como os sujeitos entendem e explicam a violência contra a mulher.

Os sujeitos da pesquisa percebem a violência contra a mulher a partir de uma distinção de *violência física* (espancamento, escoriações, hematomas) e *não física* (verbal, psicológica, moral), da noção de *gravidade da situação* (briga até morte). Os sujeitos também relatam as consequências para quem se propõe a intervir numa situação de violência doméstica contra a mulher, as *formas de intervenção*, e a crença de que esse é um assunto a ser resolvido somente entre o casal, no âmbito privado, não cabendo terceiros adentrarem nesse universo. Outro destaque foi a referência a pseudorreconciliação do casal (manutenção da relação conflituosa, na medida em que a mulher volta para o parceiro, mesmo depois de ter sido agredida), a retirada da denúncia ou queixa pela mulher, e os juízos de valor emitidos no sentido de que a violência contra a mulher é algo *normal, comum*, e que vai continuar sempre.

Os sujeitos também dão ênfase à necessidade de *enfrentamento* da violência (a mulher ter força para reagir), a conversa como meio de solucionar o conflito conjugal e a união das mulheres em prol dessa causa (movimentos civis organizados) como aspectos favoráveis à superação dessa problemática. Dentre os aspectos desfavoráveis, são comentadas as sequelas da violência para as mulheres (autoestima prejudicada, recuperação lenta e sofrida, registro eterno na memória), a dependência financeira como vínculo mantenedor da relação doentia, os filhos como desculpa da não separação, a preocupação com a criação dos filhos, e a possibilidade de extensão da agressão aos filhos.

2. Identificar os motivos atribuídos pelos sujeitos à violência contra a mulher.

Os motivos atribuídos pelos entrevistados para a violência contra a mulher foram identificados nas *causas da violência contra a mulher*, caracterizadas como sendo de quatro tipos básicos: *sociais* (problemas no trabalho - humilhação, problema no círculo de amizades, bebida, nível social); *familiares* (reflexos dos aprendizados da infância na adultidade, violência contra a criança (agressor), permissividade na educação, modelo dos pais, transmissão de valores na infância); *culturais* (expectativa de reprodução dos papéis de gênero tradicionais) e *psicológicas* (ciúmes, relacionamentos extraconjugais, raiva, sentimento de incompetência do marido para sustentar a família, desvio de comportamento ou problemas psiquiátricos).

O *perfil do agressor* é outro motivo que pode desencadear a violência contra a mulher, já que se modela nas falas dos participantes, caracterizado como sendo um *doido, psicopata, que não sabe lidar com sentimentos e afetos*. O agressor necessita de ajuda já que é *ciumento, controlador, impulsivo e não sabe lidar com os novos papéis de gênero*.

3. Verificar se os sujeitos “naturalizam” os papéis sociais de gênero e se relacionam os papéis sociais de homens e mulheres à violência contra a mulher.

Nas falas dos participantes foram trazidas questões como: o machismo, a mudança nos papéis de gênero, a submissão feminina ao homem, a desigualdade de gênero, a emancipação feminina, os estereótipos de gênero, o reconhecimento do valor da mulher, o modelo de relacionamento pautado na autoridade, a responsabilidade da mulher pela formação emocional do homem, e o reforço dos papéis de gênero na educação doméstica.

Os sujeitos da pesquisa apontam culpados para a violência contra a mulher: ora a culpa é incitada na mulher, ora no homem. Um *perfil da mulher vitimada* é estabelecido a partir das falas dos sujeitos, caracterizada como sendo filhas, mães, esposas, de idades variadas (mais novas em geral), pouco conscientes da sua própria condição de mulher, sem autoconfiança, amor-próprio e autoestima positiva, vivendo uma relação de submissão, são definidas como passionais, românticas e, mesmo com muito sofrimento (drama), e com medo de denunciar e de pedir ajuda.

Finalmente, os participantes relatam que a mulher tem *expectativa que o parceiro se recupere*. Foram citadas: a necessidade de ajuda/ tratamento psicológico (terapia de casal, resgate da confiança), uma avaliação do tempo de convivência (confiança na mudança de comportamento) e dos limites (para mudança de atitude).

4. Verificar se os sujeitos identificam/reconhecem mudanças nos papéis e nos direitos sociais e jurídicos de homens e de mulheres (equidade de gênero) e como relacionam essas mudanças (se as perceberem) à violência contra a mulher.

Vê-se o conhecimento dos aspectos jurídicos que visam coibir a violência contra a mulher, na configuração da categoria *mecanismos legais de proteção e direitos*, na qual se destaca a Lei Maria da Penha (assistência jurídica e psicológica), as denúncias (pequeno número; vergonha e medo de denunciar; falta de apoio da família), as medidas punitivas ao agressor e protetivas às vítimas (meios judiciais de não se aproximar do noticiado), o desrespeito à Lei Maria da Penha (por juízes), a retirada da denúncia pela mulher (aumento da agressão), a pseudorreconciliação do casal (manutenção da relação conflituosa), e a demora dos trâmites legais da denúncia.

5. Verificar se os sujeitos reconhecem a necessidade de prevenção da violência contra a mulher e que medidas preventivas propõem.

As entrevistas não abordaram diretamente a questão da prevenção da violência contra a mulher, já que os entrevistados não reconhecem a necessidade de prevenção da violência, nem propõe medidas preventivas com esse fim.

DISCUSSÃO

O presente estudo exploratório demonstra que há uma representação social sobre a violência contra a mulher apontada pelos homens e mulheres, na medida em que estes expressam como entendem e explicam esse fenômeno social, que é visto como complexo, multicausal e multidimensional. São vários *os tipos* ou modalidades de violência contra a mulher, ou melhor, são várias *as violências* contra mulher. Há uma nítida distinção entre *violência física* e *não física*, além da noção de *gravidade da situação*, que tende a aumentar, podendo ir desde brigas até a morte. Revela-se ainda uma tendência a pedir ajuda somente quando a gravidade aumenta, conforme aponta Miller (1999).

Questão interessante, que corrobora com a visão de Soares (2009), situa a natureza social do fenômeno, no qual os tabus e preconceitos existentes sobre o âmbito privado/público da situação de violência doméstica aparecem. Os participantes relatam as consequências para quem se propõe a intervir numa situação de violência doméstica contra a mulher, mantendo a crença subjacente de que esse é um assunto a ser resolvido somente pelo casal, no âmbito privado.

A manutenção da relação conflituosa e consequentemente, a banalização da violência, é manifestada pelos juízos de valor que referem a violência contra a mulher como algo normal, comum, na nossa sociedade. No tocante à necessidade de enfrentamento da violência, os sujeitos apontam como dificuldades as sequelas da violência, a dependência financeira e a preocupação com os filhos, estando de acordo com os achados de Miller (1999). As causas sociais dessa violência (problemas no trabalho/humilhação, problema no círculo de amizades, bebida, nível social), estão associadas ao perfil do agressor, já que este apresenta problemas tais como o vício em bebidas alcoólicas. As causas familiares, culturais e psicológicas também foram enunciadas pela mesma autora, o que demonstra que há uma nítida relação entre as causas da violência contra a mulher e o perfil do agressor.

Em relação aos papéis sociais de gênero, observou-se que os participantes incluíram na discussão questões atuais acerca dos papéis do homem e da mulher (emancipação) e questões estereotipadas de ambos os sexos (reforçamento dos papéis de gênero pela educação doméstica, por exemplo), em consonância com dados da SPM (2003). Interessante ressaltar que os sujeitos citaram a culpa pela situação de violência como sendo tanto do homem quanto da mulher. A noção consistente das relações de gênero e dos papéis sociais de homens e mulheres podem ter contribuído para os sujeitos traçarem com clareza um perfil da mulher vitimada e do agressor, configurando a desigualdade de gênero.

Os sujeitos reconhecem mudanças nos papéis e nos direitos sociais e jurídicos de homens e de mulheres (equidade de gênero) através do conhecimento e referência à Lei Maria da Penha (SPM, 2003). Contudo, ainda se observa que existem dificuldades no que se refere à aplicação e à eficácia desse mecanismo legal. O desrespeito à Lei foi citado, assim como a dificuldade de a mulher levar adiante suas denúncias, seja pela sua retirada, ou por retomada da relação com o agressor.

Não foi observado na fala dos sujeitos o reconhecimento de prevenção da violência contra a mulher, e consequentemente, propostas com esse fim. Observa-se, no entanto, o uso de clichê (quem ama não maltrata) e o posicionamento vigoroso contra a violência, calcadas pela indignação perante essa realidade. Em um con-

traponto, observa-se a representação social de homens e mulheres sobre o relacionamento a dois, fruto da idealização de uma convivência sem violência, cultivado a partir da escolha do parceiro e da vivência de valores como respeito, amor, carinho, dedicação e diálogo.

As representações sociais da violência contra a mulher circunscrevem esse fenômeno nas esferas social, cultural, jurídica e econômica. É um problema grave que precisa ser enfrentado, combatido e superado, já que se encontra naturalizado e banalizado na sociedade. A falta de reconhecimento da prevenção desta questão é um indicador que aponta para a necessidade de pesquisas futuras, capazes de trazer à tona um debate mais amplo sobre a necessidade de mudança de valores e mentalidade social, para além da perspectiva punitiva e protetiva, preconizadas pela Lei Maria da Penha.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Quelen Brondani de. Justiça restaurativa nas relações de gênero: recurso adicional na mediação de conflitos envolvendo mulheres em situação de violência doméstica. In: **BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 4º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero: redações e artigos científicos vencedores**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009. p. 129-143.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2003.
- BRASIL. Senado Federal. Secretaria Especial de Comunicação Social. Secretaria de Pesquisa e Opinião. **Relatório pesquisa sobre violência doméstica e familiar contra a mulher – 2011**. Brasília, DF: Senado Federal, 2011.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **População sem renda própria. Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe**. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores?id=2290>. Acesso em: 25 maio 2026.
- FERNANDES, Sheyla Christine Santos; MARTINS, Marcikele Nascimento; ROCHA, Samyra Araújo Ferro; ESTRAMIANA, José Luis Álvaro; BILBAO-NIEVA, Maria Isidora; VIONE, Katia Corrêa; ANTÔNIO, Mery José; MALOA, Benvindo Felismino Samuel. **Violência contra a mulher baseada no gênero: uma revisão de escopo. Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 5, e02142025, 2025. DOI: 10.1590/1413-81232025305.02142025.
- GALINKIN, Ana Lúcia. **Velhas e novas violências contra a mulher**. In: BOJART, Luiz Eduardo Guedes; REZENDE, Eliana Alves; PENIDO, Livia de Oliveira (org.). *Anais do 2º Congresso Internacional sobre a Mulher, Gênero e Relações de Trabalho*. Goiânia: Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região, 2007. p. 12-29.
- GONZÁLEZ REY, Fernando. **A questão das técnicas e dos métodos na psicologia: da medição à construção do conhecimento psicológico**. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (org.). *Psicologia e compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 163-182.
- GÜNTHER, Hartmut. **Como elaborar um questionário**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003. (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, n. 1). Disponível em: <http://www.psi-ambiental.net/pdf/01Questionario.pdf>. Acesso em: 04 de junho 2026.
- JODELET, Denise (org.). **As representações sociais: um domínio em expansão**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.
- LEITE, Franciéle Marabotti Costa; LUIS, Mayara Alves; AMORIM, Maria Helena Costa; MACIEL, Ethel Leonor Noia; GIGANTE, Denise Petrucci. **Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária. Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 22, e190056, 2019. DOI: 10.1590/1980-549720190056.
- LUCENA, Kerle Dayana Tavares de; DEININGER, Layza de Souza Chaves; COELHO, Hemílio Fernandes Campos; MONTEIRO, Alisson Cleiton Cunha; VIANNA, Rodrigo Pinheiro de Toledo; NASCIMENTO, João Agnaldo do. **Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 139-146, 2016. DOI: 10.7322/jhgd.119238.

- MILLER, Mary Susan. *Feridas invisíveis: abuso não-físico contra mulheres*. São Paulo: Summus, 1999.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro: Hucitec, 2004.
- MOURA, Leides Barroso Azevedo.; MOURA, Bruno Azevedo. Reflexões sobre conjugalidade violenta na condição moderna. In: LIMA, Fausto Rodrigues de; SANTOS, Claudiene (org.). *Violência doméstica: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 183-194.
- SÁ, Celso Pereira de. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- SOARES, Barbara Musumeci. Violência e gênero: outras conversas possíveis. In: SENTO-SÉ, João Trajano (org.). *Segurança pública: outros olhares, novas possibilidades*. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009. p. 52-72.
- SOUSA, Rosana de Vasconcelos; UCHÔA, Ana Maria de Vasconcelos; BARRETO, Maria Raidalva Nery. *Fontes de informação sobre a violência contra a mulher no Brasil*. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 147, n. 2, e6628376, 2024. DOI: 10.1590/0101-6628.376.
- TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1992.

